

"NÓS BRASILEIROS PECAMOS POR NÃO CUIDARMOS DA MEMÓRIA. SE TIVÉSSEMOS MAIS, MELHOR MEMÓRIA, NÃO ESTARÍAMOS NA SITUAÇÃO EM QUE ESTAMOS HOJE"¹: uma entrevista com Murílio de Avellar Hingel.²

Dr. Iverson Geraldo Da Silva³
<http://lattes.cnpq.br/7492115535106267>

Ms Karine Valente⁴

Era a primeira das entrevistas com os ex-secretários de Educação no projeto "Memórias Dispersas". Foi em uma quarta-feira, 12 de dezembro de 2020, ainda cobertos pelos cuidados próprios de uma pandemia, que nos dirigimos ao sítio Pasárgada, Caeté, refúgio do Professor Murílio Hingel e da Professora Lucy Brandão, sua companheira de vida.

No caminho, Gilberto, assessor da Secretaria de Educação e amigo de longa data de Murílio, nos preparava para o encontro, lembrando o tempo em que trabalharam conjuntamente, demonstrando grande admiração pelo amigo.

Entrando em sua aconchegante sala, repleta de quadros de pintores reconhecidos, encontramos Murílio, vigoroso, com sua voz única ressoando pelo espaço. Era minha primeira entrevista para o projeto do setor de Arquivo e Memória. Certamente, para Murílio, era mais uma de tantas que deu ao longo de sua carreira como gestor público e educador.

Gentilmente, Lucy se aproximou abrindo um álbum de recortes de jornais. Se não era tudo publicado sobre as ações de Murílio, provavelmente trazia boa parte delas. Drebruçamo-nos sobre uma grande mesa de madeira e enquanto folheávamos o álbum, Murílio e Lucy narravam com uma memória vívida e simbiótica datas, locais, projetos e pessoas envolvidas.

A empolgação em sua voz e a emoção em seus olhos transpareciam a força e a presença de cada evento transcorrido nas inúmeras funções públicas ocupadas por Murílio. Fosse da criação, construção ou reforma das primeiras escolas dentro da estruturação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora ou, até mesmo, do encontro de

¹ Palavras do professor Murílio Hingel quando o entrevistador explica os objetivos do presente projeto.

² Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória Dispersa", da Supervisão de Arquivo e Memória da Secretaria de Educação de Juiz de Fora. Participação da Professora Lucy Maria Brandão

³ Supervisor do setor de Arquivo e Memória da Secretaria de Educação de Juiz de Fora, Entrevistador e Revisor.

⁴ Secretária Escolar responsável pela transcrição e revisão da entrevista.

ex-Ministros da Educação em um recente contexto conturbado... qualquer assunto era revivido com igual importância.

Perfumados pelo aroma de café e o cheiro de terra molhada, Murílio demonstrava uma visão única sobre gestão em educação, agregando toda sua experiência administrativa com a experiência docente. Argumentando, deste modo, com conhecimento de causa. Em minhas mãos eu tinha um roteiro, construído com base nas leituras sobre técnicas de entrevista de História Oral. Murílio, com uma fala lúcida e constante mesclou vida e trabalho, história local e do Brasil e contemplou em quase 3 horas de conversa tudo que tínhamos planejados, sendo necessárias poucas intervenções.

Logo, como veremos abaixo, não é possível compreender o desenvolvimento da educação pública em Juiz de Fora sem passar por Murílio Hingel.

I.G.S.⁵ – Professor, primeiro eu gostaria que falasse sobre o Sr., quem é o Murílio Hingel? Onde nasceu, viveu, se é de Juiz de Fora, se veio pra Juiz de Fora, quando aconteceu? Como que foi esse primeiro momento do Murílio Hingel em contato com Juiz de Fora?

M.A.H. – O meu nome é Murílio de Avellar Hingel. Existe aí uma circunstância interessante, que Murílio só existo eu no Brasil. É muito comum Maurílio, Murilo, mas Murílio nós já pesquisamos e verificamos que só existe um.

Eu nasci em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1933, portanto, estou com mais de 87 anos de idade. Meus pais eram João José Hingel, que só tinha sangue alemão, descendente de imigrantes alemães que chegaram em Petrópolis mais ou menos em meados do século XIX. Minha mãe se chamava Alda, Alda dos Santos Avellar Hingel. Ela era de origem portuguesa. Temos menos informações sobre as origens dela.

Embora nascido em Petrópolis, viemos para Juiz de Fora quando eu tinha dois anos de idade. Houve um problema, meus pais ficaram desempregados, eles trabalhavam no comércio e meu pai conseguiu a representação de uma indústria ligada ao tabaco, à produção de cigarros. O nome é muito interessante porque era Fábrica de Cigarros Veado. Instalou-se em Juiz de Fora como representante, na cidade e na região, e aqui permanecemos definitivamente.

⁵ Por praticidade adotamos as seguintes abreviações: I.G.S. - Iverson Geraldo da Silva; M.A.H. - Murílio Avelar Hingel; L.M.B. - Lucy Maria Brandão.

De Petrópolis viemos apenas meus pais, eu e uma cachorrinha, Pierrete, como ela se chamava, e o depósito de cigarros né, porque ele era o representante, ficava na rua Batista de Oliveira, de onde mais tarde nós mudamos para a rua de Santa Rita e, mais tarde ainda, para a rua de São João Nepomuceno.

Na época, Juiz de Fora era muito diferente do que é hoje. Era uma cidade importante. Na ocasião, a segunda cidade de Minas Gerais, em todos os sentidos. Uma cidade que tinha uma história, uma história importante de pioneirismo; pioneirismo na indústria hidrelétrica, pioneirismo na indústria de tecidos, com grandes fábricas de tecidos que aqui se instalaram, pioneirismo na vida cultural, pioneirismo na área educacional. Basta lembrar que colégios como a Academia de Comércio, o Granbery, o Stella Matutina e o Santa Catarina são escolas que já existiam nos fins do século XIX e no início do século XX.

A Academia de Comércio, por exemplo, onde eu estudei, ela é de mais ou menos 1990 (neste ponto, o entrevistado parece querer registrar a data de 1890) e foi a primeira Academia de Comércio do Brasil, quer dizer, a primeira escola que ofereceu ensino comercial, não do Brasil, de toda a América Latina.

Em Juiz de Fora é, fiz, portanto, a minha vida. Estudei o primário no Colégio Santos Anjos e depois no Colégio Santa Rita de Cássia e, para fazer o ginásio, em que na época era preciso prestar um exame de admissão, eu entrei na Academia de Comércio, onde concluí todo o ginásio e também o meu curso colegial. Aí há um fato importante: como aluno, eu era mais do que aluno, eu participava das atividades do colégio. Participava da publicação de jornais de classe, depois o jornal do colégio. O colégio tinha uma publicação chamada Academia e tinha associações de caráter religioso, porque era um colégio confessional, como a Cruzada Eucarística e a Congregação Mariana. O colégio era só masculino e possuía ainda o regime de internato. Recebia muitos internos porque eram muito poucos os colégios em Minas Gerais e, geralmente, os únicos colégios que existiam com alguma importância eram colégios confessionais.

Hoje em dia as instituições públicas participam muito da oferta de educação. Naquela época, o único ensino obrigatório era o ensino primário, que na época ficava sob responsabilidade do estado. Estudo posterior ao primário não era comum, não estava oferecido a toda a população como hoje. No entanto, a cidade, que tinha sido pioneira em alguns aspectos, como disse, na oferta de eletricidade, primeira usina hidrelétrica da América do Sul e também pioneira na oferta de trabalho industrial, no caso da indústria de tecidos. Tinha sido também um importante centro da lavoura cafeeira, que se estendia ao longo dos rios é, Paraibuna, Preto, e do próprio Paraíba do Sul. Juiz de Fora era a entrada

de Minas Gerais, de quem saía do Rio de Janeiro, então capital do país e havia uma característica interessante, ah, começou logo no início do século a oferta do ensino superior.

Então, algumas instituições, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia, é, Escola de Engenharia, não tinha a denominação de faculdade, a Escola de Economia, elas surgiram, já naquela época em que nós nos transferimos para Juiz de Fora, e portanto a cidade atraía muitos estudantes que vinham das cidades vizinhas e essas instituições eram instituições privadas, embora aos poucos comesçassem a ser subsidiadas é, pelo governo federal porque na época a oferta de ensino superior, em Juiz de Fora, em Minas e no Brasil era muito restrita. Universidades praticamente nós não tínhamos. As primeiras universidades, uma delas está completando 50 anos de existência justamente agora em 2020, que é a Universidade Federal do Rio de Janeiro, então chamada Universidade do Brasil.

Imagine o atraso do nosso país em relação aos nossos vizinhos, Argentina, Colômbia, Peru, México, que já tinham ensino superior desde a época colonial. O Brasil praticamente não oferecia nada de especial, a não ser algumas instituições que foram criadas quando o príncipe regente D. João VI, ainda D. João, se transferiu para o Brasil, deixando Lisboa pelo Rio de Janeiro. Então foram criadas escolas porque havia necessidade de escolas para formar oficiais para o exército. Foi criado uma escola de medicina, na Bahia, em Salvador, mas apenas isso. Juiz de Fora, então, em 1950, era uma cidade importante, uma cidade rica, uma cidade respeitada. Tinha sido ainda beneficiada pela primeira estrada de rodagem do Brasil, que ligava justamente Petrópolis a Juiz de Fora.

E, eu estava dizendo, que quando eu era aluno da Academia de Comércio eu exercia algumas atividades, além do meu estudo. Eu chegava a passar o dia inteiro na Academia, vivenciando, né, o colégio, com todas as suas possibilidades, porque era uma escola de condições excepcionais. Aconteceu então que quando eu estava no segundo ano do colegial, estava concluindo o segundo ano do colegial, o diretor daquela escola, da Academia de Comércio, Colégio Cristo Redentor, ele me convidou para que eu desse aulas no curso de admissão ao ginásio, que era um curso oferecido durante as férias. As crianças concluíam o primário, faziam um curso de preparação, prestavam exame, e os que eram aprovados se matriculavam no ginásio. Havia também um curso, de admissão, de ano inteiro, que funcionava como um quinto ano primário. Então, o padre Leopoldo Krieger, que era o diretor da escola, me convidou para dar as aulas no curso de admissão

como aluno da escola e eu me apaixonei pela profissão. Gostei da atividade e tomei uma decisão que foi fundamental em toda a minha vida, em toda a minha carreira.

Eu concluí o colégio e eu me matriculei na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora para me formar professor, o que na época era muito raro. Basta dizer que na minha turma na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, no curso de Geografia e História, era o único curso na época, na minha época nós éramos três alunos, eu e duas moças. Então, muito poucas pessoas se formavam, em nível superior, para serem professores de ginásio e colégio. Cursos normais, escola normal, instituto de educação, existiam, mas só formavam professores para lecionar no primário. E assim eu vim a me tornar professor.

Eu me formei em Geografia e História. Eu me licenci em Geografia e História em 1956, portanto, há uma data bastante é, digamos, do passado. E, como professor, eu comecei a lecionar logo na própria Faculdade de Filosofia e Letras, porque faltavam professores, e também na Academia de Comércio. Eu tinha começado lá, no curso de admissão, eu me tornei professor na Academia de Comércio e fui professor na Academia de Comércio, no Colégio Cristo Redentor por várias décadas.

Nessa situação, veio a ocorrer em minha vida um fato também determinante, um outro fato determinante. Em 1960 - 1960 eu já era professor formado - o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira criou a Universidade de Juiz de Fora, a Universidade Federal de Juiz de Fora, mas a Faculdade de Filosofia e Letras não foi incluída na Universidade porque ela não tinha patrimônio e ela era confessional. Tinha sido criada por um grupo de pessoas que estudavam e que se interessavam pela doutrina católica, né, cristã, do cristianismo católico e, é, ela não foi incluída na Universidade Federal de Juiz de Fora. Mas nesse intervalo, estou falando de 1960, quatro anos depois, em 1964, estava em andamento a incorporação da Faculdade à Universidade, porque não se podia entender, como não se pode entender nem hoje, que uma Universidade não tenha uma Faculdade de Filosofia, de Ciências e Letras e que é, digamos assim, a base, né, de uma Universidade, no sentido de ensino é, generalizado em todos os campos do conhecimento.

Em 1964, enquanto se desenvolvia o movimento pela incorporação da Faculdade, os diretores da Faculdade, eles renunciaram. Renunciou o diretor e renunciou o vice-diretor. Então, a congregação da Faculdade, ela foi convocada para eleger o diretor. Na época, isso também era incomum, porque nas instituições universitárias, já então mantidas pelo governo federal, o diretor era sempre nomeado pelo Presidente da República, mas numa instituição privada o diretor era escolhido pela congregação. E, em

1964, no dia 22 de fevereiro de 1964, eu fui eleito diretor da faculdade em que eu havia me formado e da qual eu era professor. E assumi a direção da Faculdade, prossegui, dei andamento ao processo de incorporação da Faculdade à Universidade, compramos um prédio, onde a Faculdade foi instalada. Esse prédio ainda existe, ele é um prédio tombado pelo Patrimônio Artístico e Histórico de Juiz de Fora. É o prédio da FAFILE, fica à Avenida Rio Branco, 3372, em frente à Santa Casa, e ali a Faculdade, ela se ampliou, cresceu, e ali ela se instalou. Aquele prédio lá existe, e é ainda importante dentro do patrimônio da nossa Universidade.

Com a Faculdade tendo patrimônio, que foi então adquirida, adquirido, a Universidade (neste ponto, o entrevistado refere-se à então Faculdade de Filosofia e Letras) acabou sendo incorporada à Universidade. Tinha sido agregada, foi incorporada à Universidade em 1966. Então, eu me tornei professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, como diretor da Faculdade de Filosofia e Letras, porque o meu mandato de diretor foi respeitado, foi mantido, e lá eu fiquei como diretor durante um bom período.

Nesse momento, Juiz de Fora tentava se reerguer, no sentido de que tinha sido uma cidade importante, mas havia perdido muito espaço, tendo em vista o crescimento do Brasil, enquanto que a cidade em si, se mantinha importante, significativa, mas não tinha o mesmo papel que desempenhara no passado. E nessa tentativa de retomar o desenvolvimento, a cidade passou por um processo eleitoral, a eleição de prefeito em 1966. Contra todas as expectativas e contra todas as hipóteses, todas as apostas, foi eleito prefeito de Juiz de Fora o engenheiro Itamar Franco. Itamar Franco, portanto, foi eleito prefeito em 1966 e assumiu a prefeitura em 1967. E desde então iniciou uma carreira política, né, foi prefeito da cidade, foi senador durante vários mandatos, foi Presidente da República, tendo assumido à presidência porque era vice-presidente e o presidente renunciou ao mandato. E foi depois também governador do estado de Minas Gerais, e voltou a ser senador, né. Faleceu no exercício do mandato de senador da República. Eleito prefeito, Itamar tinha novas ideias que iria alterar a cidade, e desenvolvê-la, criar um novo vigor, e constituiu o seu governo para administrar a cidade. Na época, a administração municipal era pequena, pouco significativa, né, e não teve trabalho em escolher pessoas para constituírem a sua equipe.

Em 1967, quando Itamar iria assumir a prefeitura, eu recebi a visita de dois professores, que convém lembrar porque são pessoas também da história de Juiz de Fora: o professor Fernando de Paiva Mattos, ligado ao Machado Sobrinho, ao Colégio Machado Sobrinho, e o professor Cívus Gonçalves, ligado a outra escola que era o São Luiz, escolas que, o Machado Sobrinho subsiste, o São Luiz já não existe mais. Esses

dois professores foram à Faculdade de Filosofia, pedindo que eu me encontrasse com o prefeito eleito, que queria conversar comigo. Eu fui encontrar com Itamar Franco e Itamar Franco me convidou para ser o Chefe da Divisão de Educação e Cultura. Não havia sequer uma secretaria, era uma divisão e se chamava aquele que dirigia a Divisão de Educação e Cultura, o chefe da Divisão de Educação e Cultura. Eu aceitei o desafio e me tornei assim o diretor da Divisão de Educação e Cultura da Prefeitura de Juiz de Fora.

A prefeitura funcionava no prédio em que hoje se encontra o Procon e a Divisão de Educação e Cultura funcionava no prédio que atualmente é o prédio da CESAMA, 5º andar do prédio da CESAMA, em algumas poucas salas e, sem nenhuma expressão, sem nenhum significado, nem mesmo o mobiliário se poderia dizer que a gente podia contar com ele. Assim, eu assumi a condição de diretor da Divisão de Educação e Cultura. Começa então a minha vida ligada à prefeitura de Juiz de Fora.

Vamos agora focalizar, né, esse aspecto é, de minha atuação, de meu trabalho. Ao assumir esse cargo, nele eu fiquei por seis anos, nos mandatos de Itamar Franco e Agostinho Pestana. Portanto, eu fui diretor da Divisão de Educação e Cultura, depois primeiro Secretário de Educação e Cultura, nos mandatos dos prefeitos Itamar Franco e Agostinho Pestana, de 1967 a 1973, seis anos. E, ao assumir a prefeitura, né, como diretor da Divisão de Educação e Cultura e, logo no primeiro dia, apresentou-se um motorista, o Sr. Osvaldo da Silva e, com um carro rural quatro rodas, me dizendo: “o Sr. é chefe, eu sou seu secretário, eu sou seu motorista, né, e eu queria me colocar a sua disposição e, amanhã era uma segunda-feira - começamos a trabalhar. Onde o Sr. quer que eu o apanhe?” Eu disse: “você vai me apanhar e você vai me mostrar um pouco do ensino municipal”, porque aqui eu confesso de que eu nada sabia sobre o ensino municipal, quer dizer, sobre o ensino primário, só era primário, oferecido pelo município, eu não sabia nada, não conhecia absolutamente nada. Estava assumindo alguma coisa que para mim era motivo de ignorância. “Então eu quero que você me mostre alguma coisa, me mostre boas escolas e escolas que não sejam adequadas, não estejam em condições”. “Perfeitamente”.

Então, ele me levou para mostrar o que ele dizia que era a melhor escola da cidade, que tinha acabado de ser construída. A escola, na região de Santa Oraida, aqui no acesso ao Retiro, quem vem pela BR-3, né, entra para o Retiro para prosseguir, a estrada tem uma escola, eu acho que ela se chama Menelick de Carvalho. Um prédio bom, hoje muito ampliado, muito melhorado, mas um prédio bom, que a prefeitura havia construída, construído. E me levou para mostrar a outra realidade, e essa outra realidade é que me assustou, porque aqui nós vemos algumas escolas como eu as encontrei. (A

partir deste momento, o entrevistado mostra uma série de fotografias das escolas municipais de Juiz de Fora, no período em que assumiu o cargo na Divisão de Educação e Cultura). Isso era uma escola municipal. Acrescentando que as escolas municipais, geralmente, estavam na zona rural. Isso era uma outra escola municipal. Essa foi a pior que eu encontrei, porque três, duas das paredes dessa escola era o barranco. Aqui era uma classe de uma escola rural. Aqui uma outra sala de aula de uma escola rural.

As escolas municipais eram todas rurais, eu ignorava esse fato, eram todas rurais. O município de Juiz de Fora não possuía nenhuma escola urbana mantida pelo município. Havia escolas urbanas mantidas pelo estado mas não pelo município de Juiz de Fora. E, eu mostrei aqui alguma coisa, mas outras escolas já não mais existiam. Chuvas, né, era época de chuva, janeiro, fevereiro, tinham levado escolas embora. Por exemplo, em Mascate, a escola já não existia mais, tinha sido destruída, e havia escolas que realmente eram impressionantes, coisas que a gente não podia admitir. Em Igrejinha, a escola funcionava atrás de um chiqueiro. E em Penido, o teto da escola estava caindo, não tinha nenhuma segurança.

Além disso, logo em seguida, né, depois de conhecer essa realidade, eu fui conhecer onde eu ia trabalhar. Fiquei admirado ao encontrar a sala que seria a do chefe da Divisão de Educação e Cultura com uma mesa e uma cadeira e nada mais, e duas salas, que eram as salas ocupadas pela Divisão, sem nenhum equipamento, sem nenhuma condição. Abri uma gaveta, essa gaveta tinha alguma coisa: papéis, pedaços de papel, arrancados, né. Desse papel que a gente usa pra embrulhar pão, e nesses papéis todos estava escrito o pedido de fulano de tal para uma bolsa de estudo, fulano de tal quer uma bolsa de estudo, fulano de tal quer uma bolsa de estudo. Tudo pedido de político, sem nenhuma informação, sem nenhum dado a não ser o nome de um candidato a uma bolsa de estudo. E aí eu descobri que a prefeitura tinha um sistema de bolsa de estudo para, especialmente, o ensino médio, mas que essas bolsas eram concedidas sem nenhuma pesquisa, sem nenhum cuidado, sem nenhum interesse especial. E, como me preocupou o assunto - estou falando que eu tomei posse no dia 31 de janeiro de 67 - no dia 8 de fevereiro, portanto, uma semana depois, indignado com o que eu estava vendo, eu consegui que o prefeito baixasse esse decreto regulamentando a concessão das bolsas de estudo. Já iniciava o trabalho de uma forma bastante concreta. É um documento precioso, né. 8 de abril, portanto, 08 de fevereiro, uma semana depois de ter assumido a prefeitura.

E encontrei logo aqui na entrada, onde vocês começaram a pegar a estrada para o Retiro, uma escola que era a escola do Jardim Esperança. Porque no Jardim Esperança

tinha sido construída umas casas, havia sido construído um conjunto habitacional. (Interrupção com alguns diálogos relacionados à presença de um animal de estimação da casa). Então, havia, como tinha sido construído um conjunto habitacional, havia uma escola funcionando no galpão de obras do conjunto habitacional, que era uma vergonha. E eu tinha separado até uma fotografia dessa escola, vou ver se encontro aqui. Realmente, uma coisa é fora do comum, pelo estado em que se encontrava. Mas eu não estou achando essa escola não. São José, Torreões, vamos ver. Não, não achei aqui não. Enfim, era uma dessas escolas realmente sem nenhuma condição de funcionamento.

E aí veio o problema: e as crianças, iam estudar onde? Estamos falando do início de fevereiro de 67. O ano letivo, geralmente, começava em março, né. As crianças iam estudar onde? Onde é que elas iam estudar, o que fazer? Bom, havia um terreno, separado para ser um campo de futebol, onde seria possível construir uma escola. Mas construir uma escola, isso leva tempo. O que fazer? Ocorreu-nos uma solução. Uma solução momentânea, mas que funcionou. Eu tinha lido a respeito de uma firma, no Paraná, que fabricava casas de madeira. Ora, a escola não deixa de ser uma casa, né, uma grande casa, mas é uma casa porque são paredes, né, e instalações todas, mas no fundo é uma grande casa. Porque não tentar verificar se a gente pode comprar essas casas pré-fabricadas e montá-las como uma escola.

A firma se chamava *Campolar*, como ela era a única produtora desse material, não foi preciso fazer licitação e nós resolvemos comprar oito salas de aula, ou o correspondente a oito salas de aula, para instalar a escola do Jardim Esperança. Isso foi feito e essa escola estava pronta em menos de dois meses. É essa escola aqui, a escola do Jardim Esperança. Foi a primeira escola de madeira que nós construímos e fizemos funcionar pouco tempo depois de assumida a prefeitura. Ela existiu durante um bom tempo, hoje há uma boa escola, chama-se Olinda de Paula Magalhães e, estava no campo de futebol, portanto, muito bem feita, sendo que as salas de aula eram de madeira construída sobre piloti de cimento armado, né. A madeira foi trabalhada para evitar os cupins e a destruição é, aqui está muito próxima, cada sala de aula comportava 36 alunos e a parte da escola correspondente a cozinha, né, e a área de serviço e as instalações sanitárias foi feita de alvenaria. E assim a escola foi entregue à comunidade poucos meses depois de Itamar assumir a presidência de Juiz de Fora. (Neste ponto, o entrevistado quer nos informar sobre o período em que Itamar Franco passa a assumir a prefeitura de Juiz de Fora, em 1967).

Eu estou destacando esse fato porque ele dá início a um processo de construção de escolas, muitas das quais foram de madeira. Sabe quantas dessas salas nós

instalamos em Juiz de Fora? Nos anos de Itamar Franco, especialmente de Itamar Franco, porque nos anos de Agostinho Pestana a gente já tinha experiência pra construir escola de alvenaria, foram instaladas 180 dessas salas, não apenas para escolas municipais, mas também para escolas estaduais. Como havia muitas escolas estaduais que não tinham mais espaço, nós ajudamos escolas estaduais a resolverem os seus problemas com essas salas. Aqui, por exemplo, uma escola rural do mesmo material. Veja como ficava bonitinha a escola, né. Aqui você tem uma outra escola dessas. Dessas escolas nós instalamos 180 em Juiz de Fora, 180 escolas e, muitas delas, para atender as necessidades de ampliação de escolas estaduais e, curiosamente, o município que só atuava no meio rural, começou a atuar também no meio urbano, porque a cidade crescia, novos bairros iam aparecendo, e eles precisavam de escolas, então era preciso construir escolas. Muitas foram construídas nesse material, muitas escolas pré-existentes foram ampliadas e melhoradas nesse material e depois que passou a construção de escolas de alvenaria no meio urbano, criando uma rede municipal.

Não sei se você conhece esse dado: hoje, em 2020, a rede municipal de ensino tem maior número de alunos do que a rede estadual em Juiz de Fora. Numa época, só eram dezesseis escolas rurais. Hoje, a rede municipal é maior do que a rede estadual. Quer dizer, o ensino em Juiz de Fora já é municipalizado, o ensino fundamental já é municipalizado. Isso que hoje em dia se prega, que consta até de legislação, já se praticou em Juiz de Fora muito antes de esse assunto ser objeto de consideração, porque como o estado não atuava, o município foi atuando, substituindo o estado e construindo escolas aqui e acolá, para resolver os problemas que apareciam.

Um outro fato importante dessa época, porque falamos de construção, né, é que, na época, a prefeitura possuía oficinas de carpintaria, de serviços variados, e a prefeitura, além de construir as escolas, fabricou também as carteiras. Esse aqui foi o modelo das carteiras que a prefeitura passou a construir às dezenas para as suas escolas. Pela primeira vez, carteiras individuais, numa época, estamos falando da década de 1960, né, em que a maior parte das escolas tinham os alunos em escolas, em carteiras duplas; a prefeitura já fabricava nas suas oficinas essas carteiras. E não apenas essas carteiras, mas todos os móveis que existiam nas escolas, né.

Uma outra coisa muito importante, mas muito importante mesmo, é que muito depressa, né, porque as coisas aconteceram rapidamente, nós percebemos que nas poucas escolas municipais, que eram rurais, as professoras eram leigas. As professoras não tinham nem curso normal. Não estou falando de faculdade, estou falando de curso normal, porque elas eram filhas, mulheres de fazendeiros que tinham cedido terreno pra

instalar uma escola e eram contratadas pela prefeitura. Essas professoras, elas eram as únicas efetivas do quadro de professores da prefeitura e não era possível oferecer ensino de boa qualidade nessas condições. Então, nós conseguimos fazer aprovar uma lei municipal aposentando, por tempo de serviço, essas professoras rurais. É até interessante, né, o argumento que foi usado para a aposentadoria, elas foram aposentadas por desnecessidade de serviço. Bom, professor não é desnecessário, né, mas era o argumento que a gente tinha para poder aposentá-las, porque elas eram do quadro municipal. Mas todas ficaram muito satisfeitas porque tinham dez, doze, quatorze anos de serviço, foram aposentadas, né, receberam a sua aposentadoria e, imediatamente, a prefeitura abriu concurso para a seleção de professores exigindo-se de cada concorrente, geralmente mulheres, né - eu não me lembro de nenhum homem concorrendo aos concursos oferecidos pela prefeitura - e todos tinham que ter pelo menos o curso normal e o regime de trabalho que foi aprovado foi o regime celetista. Não era o regime de serviço público, celetista. Eu ainda tenho minhas dúvidas se esse não seria o melhor regime para os professores e para os trabalhadores em geral. É porque tinha todas as garantias, mas não vinculava a pessoa de forma definitiva ao serviço público, quando nós sabemos que muitos professores entram em serviço mas não mostram trabalho. Como o regime era celetista, nós éramos bastante severos no particular. Nós tínhamos uma professora, Sofia de Alencar, que coordenava as professoras que supervisionavam o ensino municipal, e ela era uma pessoa muito severa, muito exigente. Então, toda professora contratada era contratada por três meses, porque a legislação permitia. Se elas não demonstrassem competência, elas eram dispensadas.

Eu recebi muitas queixas de vereadores, é claro, né, e de outras pessoas: “É, tá dispensando professor?” “Não estamos dispensando professor.” “Mas o Sr. tá tirando o emprego da pessoa.” “Sim, mas eu estou pensando é na criança. A minha preocupação é que a criança aprenda e a professora não está mostrando eficiência. Então não é possível manter uma pessoa ineficiente num trabalho que exige eficiência.”

É outro erro que nós praticamos, não apenas em relação aos professores, aos funcionários em geral, né. Nós mantemos em serviço durante anos e anos a fio pessoas que nada produzem, nada contribuem, mas “ah, é concursado”. É, é concursado, mas o concursado é obrigado a responder pelo exercício da sua função. E qual é o objetivo de se concursar um professor? Ter um professor na sala de aula. Para que? Para ensinar. Para que? Para que as crianças aprendam. Mas se as crianças não estão aprendendo? Então nós figuramos ainda hoje aí no Brasil, 50 anos depois, né, nas estatísticas internacionais, como um país de ensino de má qualidade, porque não zelamos pela

qualidade, né, pela produção, pelo esforço, né, no sentido de levar a criança a crescer como é absolutamente necessário.

Isso foi uma solução. Fizemos vários concursos, incluindo no governo Agostinho Pestana, e um pouco procuramos melhorar o salário dos professores, né. Inclusive estava vendo aqui mais uma lei interessante. Vou ver se a localizo. Ontem nós localizamos. É uma lei muito especial, ainda do governo Itamar, que é interessante de ser mencionada. Aqui eu encontrei alguma coisa que já nos ajuda um pouco. É que é no governo Itamar se fez uma reforma administrativa, e nessa reforma administrativa se criou um sistema de funcionários públicos e se estabeleceu qual era a obrigação de cada funcionário no exercício de suas funções. É uma lei de janeiro de 1970: Dispõe sobre o pessoal da prefeitura municipal e contém outras providências. O enquadramento do pessoal, vou ver se eu encontro aqui. Encontrei aqui. Na classe de professora normalista nível 5 - já se estabeleceu nível - os atuais ocupantes de cargos das classes de professora normalista D, nível 4, professora normalista C, nível 3, são efetivadas em nível 5. Então as professoras foram classificadas, sendo no regime CLT, na época não era exigido o regime de serviço público, né. As prefeituras trabalhavam com isso.

Mas o que eu estava querendo mostrar, como que eram as funções gratificadas para o ensino de, para orientação de ensino primário rural, função gratificada 3, já procurando estimular as pessoas. Mas, além disso, o interessante é que se criou, se criaram, gratificações para professores que trabalhassem no meio rural. Duas gratificações: o professor que ia e voltava todos os dias, ganhava um adicional salarial, e o professor que resolvesse morar no meio rural, como aconteceu em Monte Verde - um grupo de professoras alugaram uma casa e passaram a morar lá -, uma gratificação ainda maior, porque o professor perto dos alunos, evidentemente, isso favorece muito o trabalho, porque também entrosa o professor com a família, e educação, como sabemos, é um processo, né, que soma a família, a comunidade e a escola. A escola sozinha não ensina, ninguém aprende só na escola, né. Todos nós aprendemos na comunidade. E nós aprendemos essencialmente com a família. Basta dizer que nós aprendemos a andar é na família, não é na escola. Nós aprendemos a ver o mundo é com a família e não na escola, embora haja pessoas que achem que a escola é que tem essa obrigação. Não, a escola tem obrigações a cumprir junto com a comunidade em que a família vive, e a família também tem obrigação de cumprir as suas obrigações.

Interessante nesse particular acho que merece ser registrado aqui para você é que, naquela ocasião, os professores que não eram do quadro, as professoras contratadas como substitutas e tudo mais, elas entravam e saíam da folha de pagamento sem se

saber porquê e como. Elas não tinham contrato nenhum que assegurasse os seus vencimentos. Embora admitidas pela CLT, as professoras foram contratadas pela CLT com carteira assinada, com todos os direitos assegurados, né, e passaram a figurar na folha de pagamento exatamente como servidoras municipais; é o que eram.

Outro fato importante que eu gostaria de destacar é que nesse ínterim, estou falando de sete anos à frente da prefeitura, ocorreu uma reforma do ensino de 1° e 2° graus. A reforma é da Lei 5.692, de 1971 e, essa reforma, um tanto quanto esquecida, imerecidamente, foi a reforma fundamental que juntou primário com ginásio, tornando o ensino obrigatório, que até então era apenas o ensino primário, tornando o ensino obrigatório, o ensino fundamental ou de 1° grau, naquela época de oito anos, hoje de nove anos. E essa lei previa que cada município elaborasse o seu Plano Municipal de Educação. Então, falei da municipalização, que nós já tínhamos começado antes, né, já em 72, o município de Juiz de Fora se sentiu nas condições de fazer um Plano Municipal de Educação, por sinal, também um documento precioso, porque aqui tem o Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora, que eu não sei se foi seguido ou não, porque depois ocorreram outras mudanças. Atualmente temos uma nova Constituição, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas o interessante é que nesse Plano Municipal de implantação da Lei 5.692, nós temos uma preciosidade, porque o município de Juiz de Fora fez aquilo que eu acho que é extraordinário, fez o seu, a sua “carta escola”, onde estão as famílias, onde estão as crianças, no município de Juiz de Fora, pra poder planejar o desenvolvimento do ensino. Quer dizer, antecipando-se ao crescimento da cidade, planejar esse crescimento de forma adequada. É interessante folhear esse plano aqui porque ele é, não vou dizer perfeito, mas completo, no sentido de atender àquela legislação. Interessante que o projeto foi aprovado pela Comissão Municipal de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Educação e Cultura, né. Está assinado Lucy, por Justino de Moraes Sarmiento, José Ventura, Lucy Maria Brandão, Roberto Alves Monteiro, Lucas Marques do Amaral, Padre Leopoldo Krieger, Paulo Silveira Silva, Wilson João Beraldo, Maria Alice Dayrell de Lima Lisboa, Breno Arno Schumann. Era assim o Conselho Municipal de Educação. Realmente é coisa séria. E tinha ainda uma equipe técnica que ajudava, constituída de: Maria Hortencia de Oliveira e Silva, Déa Lúcia Pernambuco Motta, José Tarcísio Glanzmann, Lúcia Helena Gonçalves Teixeira, Maria Alice Dayrell Lima Lisboa. Todas professoras universitárias, faziam parte da equipe técnica que ajudou a elaborar esse Plano.

Acho que do ponto de vista do que eu poderia falar, caberia talvez incluir como fatos importantes algo que eu não sei se a Secretaria continuou a fazer ou não, mas

instalar parques infantis. Temos aqui fotografia de alguns parques infantis e temos algumas fotografias de escolas mais significativas, como a maior escola que foi construída em minha gestão de seis anos, que foi a Jesus de Oliveira, que fica lá no bairro Ipiranga, né, e que, não sei como ela está hoje em dia, mas era uma escola realmente excepcional nas suas condições, era uma escola que possuía recursos excepcionais. Esqueci alguma coisa?

Lucy Maria Brandão: Esqueceu. Da cultura.

M.A.H.: Sim, mas é porque ele tá pensando não é em cultura, ele veio pra é...

L.M.B.: Nesse bolo do Agostinho (referência ao ex-prefeito, Agostinho Pestana da Silva Netto) tem duas fotos interessantes lá no final.

I.G.S.: E o Sr. basicamente estruturou a educação municipal.

M.A.H.: Ah, não há dúvida. Isso eu não tenho dúvida.

I.G.S.: Eu acho que, pelo que o Sr. foi falando, merece destaque, diretamente a estruturação. Então, se hoje a gente pensa, e aí a surpresa, que era desconhecido, né, essa questão desse Plano Municipal é da década de 70. Então, uma coisa que hoje se discute tanto, se pede tanto pra os municípios elaborarem já foi feito lá na década de 70, já era pensado, introjetado. O Sr. falou da organização da Secretaria e da educação no município, o Sr. fala da construção das primeiras escolas, a partir do município. Antes, então, ficava a cargo dos donos das fazendas e agora o município toma isso pra si. O Sr. falou das instalações dos parques infantis. O que o Sr. vê de diferente antes da gestão do professor Murílio e depois da gestão do professor Murílio? Além desses elementos que o Sr. falou, qual seria a marca que sua gestão implementou? Por exemplo, o Sr. fala da questão da legislação. Ao pesquisar a origem da Secretaria tive acesso ao processo de criação do que seria hoje a FUNALFA, neste caso, o Sr. fez um estudo dizendo o porque não podia ser mais Secretaria de Educação e Cultura, que havia necessidade de separar. Enfim, qual é a marca que sua gestão deixou pra Juiz de Fora?

M.A.H.: Bom, isso me permite falar daquilo que eu não mencionei, porque fiquei é, focado na parte de Educação. Na parte de cultura, né, porque é visão de Educação e Cultura, né. Então estavam na Secretaria de Educação: o Museu, a Biblioteca Municipal e todas as promoções culturais. Então é, quanto ao Museu, foram feitas reformas, não restauração, mas reformas. Foram feitas reformas, dentro do que era possível àquela época. É, os recursos eram bem mais modestos. A Biblioteca foi ampliada, com a compra de livros, assinatura de jornais, melhoradas as suas instalações. E eu comentava com a Lucy uma coisa extraordinária: o Museu tinha uma diretora, a Dona Geralda Ferreira Armond, e a Biblioteca tinha um diretor. Eles não ocupavam um cargo gratificado, não tinham função

gratificada. A Dona Geralda Armond, ela ficou abismada quando ela descobriu que além do seu salário de servidora municipal, ela ia receber uma função gratificada, porque ela era diretora do Museu. Imaginem, com aquela responsabilidade de dirigir o Museu, ou com aquela responsabilidade de dirigir a Biblioteca Municipal, não eram funções gratificadas. Isso já é importante.

Mas, além disso, nós tivemos à frente da parte de Cultura pessoal muito qualificado e que ainda hoje é importante na cultura juizforana, como José Luiz Ribeiro. Então, José Luiz Ribeiro não era apenas uma pessoa muito trabalhadora, mas muito imaginativo e muito criativo. Então, para desenvolver a cultura em Juiz de Fora, ele não se limitou ao Museu e à Biblioteca, ele começou a criar concursos. O concurso teatral, melhor peça teatral. As peças teatrais que eram exibidas em Juiz de Fora participavam de um concurso e havia uma comissão que escolhia aquela que mereceria, receberia um prêmio, concedido numa solenidade especial, né, assim como também exposições de pintura.

Eu estava vendo nos papéis, muitos dos quais não se encontram mais aqui, porque é uma quantidade imensa de papéis, concertos, concertos de balé, concerto de música clássica, concerto de piano, né, realizados no Cine Theatro Central ou em outro local apropriado. Havia aproximação com o Conservatório de Música Haydée França Americano. Existia aproximação, fazia esse trabalho em comum. Hoje nem se sabe que existe em Juiz de Fora um Conservatório Estadual de Música, né. É, havia atividade no campo do cinema. Essa já era uma atividade mais intensa, porque haviam outros órgãos que cuidavam de cinema, como a Galeria de Arte Celina, de saudosa memória. Fazia seus cursos de cinema, né, e, eu não citei, embora merecesse um destaque especial, e agora vou fazer um destaque especial, o Festival de Música Popular de Juiz de Fora. Foram realizados cinco festivais, cinco festivais de música popular brasileira de Juiz de Fora. Era considerado o melhor festival de música popular brasileira do Brasil, depois do festival da TV Record, né. O município promovia, organizava, convidava os artistas. Os artistas vinham aqui. Então muitos deles, né, de Juiz de Fora, foram, digamos, valorizados por Juiz de Fora. Por exemplo, Sueli Costa, Mamão. Eles começaram a ser valorizados no Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora. E, de fora de Juiz de Fora, Sá, Guarabyra, Zé Rodrix, Milton Nascimento. Milton Nascimento vinha participar do Festival de Música Popular aqui, O Terço.

L.M.B.: E fora o júri, né, Murílio, que era de altíssimo nível.

M.A.H.: Sim, os júris que eram formados por pessoas que trabalhavam no mundo da música popular e que participavam dos júris. Cinco festivais patrocinados pela prefeitura e, não pela FUNALFA, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A criação da

FUNALFA deve ter tido as suas razões, o fato é que a única coisa que a Secretaria de Educação e Cultura não fazia e a FUNALFA passou a fazer foi o carnaval, porque isso não era função da Cultura. Não quero dizer que carnaval não seja cultura, é cultura popular, mas não estava, digamos, nas nossas atribuições. Assim como, na área de Educação, havia a recreação, parques de recreação foram criados na cidade, no próprio lago lá do Museu Mariano Procópio, em várias praças, pedalinhos, coisas simples que custavam pouco dinheiro e atraíam turistas, né, pessoas que iam passar o seu domingo, né, num lugar agradável, com as crianças, que tinham um lugar para brincar. Você vai ver fotografias de vários parques municipais, né. Enfim...

L.M.B.: Deixa eu só dar uma...

M.A.H.: Pode, pode dar.

L.M.B.: Tem uma coisa muito importante que era o Salão do Artista Jovem. Então, nesse Salão do Artista Jovem, você vai ver surgir Arlindo Daibert, Pinho Neves (não foi possível identificar o nome de um dos artistas citados). Eram jovens.

M.A.H.: O primeiro quadro do Carlos Bracher, que ele vendeu, foi a Secretaria de Educação e Cultura que comprou, nem sei se ainda está lá.

L.M.B.: Não, na Secretaria de Educação não tá não. Uma cadeira lindíssima. Era uma cadeira.

M.A.H.: Era uma cadeira? Não está lá? Onde está?

L.M.B.: Ah, não sei. Há muito tempo que eu não vejo.

M.A.H.: Então tá. Porque o Carlos Bracher era um iniciante. Ele tava começando, né. Então, pra começar precisa vender, né, não basta pintar. Só o rico pinta por pintar. Quem pinta, pinta também pra vender, né, é uma atividade, é uma profissão. E então nós compramos o primeiro quadro que ele pintou. E todos os artistas, Stehling, foi estimulado.

L.M.B.: Ganhou o festival.

M.A.H.: Ganhou um festival, uma exposição. É ainda, nós temos um Stehling aí?

L.M.B.: Aqui. Esse aqui, das flores.

M.A.H.: Das flores. E você vê a qualidade do Stehling, né. E assim outros pintores de Juiz de Fora se destacaram. Esses aqui são do Dnar. Não são do Dnar?

L.M.B.: São do Dnar, todos os dois.

M.A.H.: São do Dnar, todos os dois.

L.M.B.: Esse aqui é do Arlindo Daibert, pintor. Debaixo do José Alberto Pinho Neves.

M.A.H.: Todos eles figuras ilustres ainda hoje e que começaram naquela época porque havia estímulo e, nesse ponto, o Zé Luiz era muito criativo, muito trabalhador, como conta a Lucy, né. Fazia os concursos sem dinheiro. Porque até o coquetel era improvisado. A

prefeitura não gastava dinheiro nenhum pra dar um coquetel para entrega dos prêmios. Fazia batida de coco, né, batida cachaça e coco, isso não custa nada. Enfim, ele tinha muita iniciativa. Ele e as pessoas que trabalhavam com ele, assim como na Secretaria, né.

Eu não falei aqui, por exemplo, do Roberto Alves Monteiro e do José Eustáquio Romão, que foi depois Secretário de Educação. Eu não falei aqui do Luciano Dutra Neto, que cuidava dos parques e jardins. Eu não falei do José Silveira Teixeira, que era o secretário defensor dos pedidos de bolsa de estudo, porque ele conhecia as pessoas, né, e ficava torcendo. Mas havia uma comissão para examinar os pedidos de bolsa de estudo. O inspetor de ensino secundário do Ministério da Educação em Juiz de Fora, inspetoria que já não existe mais, fazia parte dessa comissão. Um senhor de idade, respeitado, ia lá todos os dias, pilhas e pilhas de pedidos de bolsa pra examinar, com todas as informações, verificar se realmente aquela pessoa ali merecia ou não merecia.

Bom, e já que estou falando de bolsas de estudo, não posso deixar de mencionar, e aí isso depois vocês depois podiam tirar pra ele do Google aquele artigo sobre a SEC, que eu acho que é uma das coisas mais interessantes que a gente conseguiu fazer. Não sei porque cargas d'água, ou melhor dizendo, eu sei, ah, é claro que Itamar Franco tinha oposição na Câmara de vereadores, e tinha um vereador que era um chato, não vou dizer o nome dele. Desde o início, quis pisar no calo da gente de toda maneira possível. Não conseguiu não. Era do partido de oposição, porque você se lembra que naquela época só tinha Arena e MDB, portanto, ele era da Arena, né. O Itamar foi eleito pelo MDB, II, porque todo mundo achava que o MDB I que o único candidato era o Wandenkolk Moreira, que já tinha ganhado a eleição. E aí de repente lá, fora da curva, o Itamar Franco, com uma legenda de aluguel, MDB II. Só mesmo no Brasil, né, tem dois partidos políticos ou você tem 38, como hoje em dia. Naquela época, você tinha dois, ou você dividia cada um em dois ou três, com legenda, né, sublegenda. É, MDB I, MDB II, MDB III, é uma coisa impossível. Mas, esse vereador, esse chato, ele encasquetou que a cidade devia, né, já que havia tantos pedidos de bolsa de estudo, construir um colégio municipal. Você, que é do setor, pode imaginar o que é que isso significa, né. Colégio estadual ainda vai, colégio municipal, com vereador indicando professora, no mínimo era isso que ele sonhava, indicando diretor, como no colégio estadual. Quem indica o diretor é o governador do estado. Colégio municipal, como é possível imaginar o custo disso. Se uma prefeitura mal aguentava a rede municipal, que crescia e que precisava de mais e mais de professores, como que ia aguentar colégio municipal? É uma coisa diferente, né.

Então é, eu tinha ligações, e você sabe do que eu estou falando, com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Porque no início de carreira, lá no início quando eu comecei, na década de 50, né, que eu mencionei pra você, além de ter lecionado no curso de admissão da Academia de Comércio, depois ter feito curso de Geografia e História, ser professor da Academia de Comércio, como fui professor do colégio estadual - fiz concurso para o colégio estadual - e fui professor do Jesuítas, do Colégio Magister, lecionei em muitos colégios, mas eu tinha participado da criação do Colégio Monteiro Lobato. O Monteiro Lobato foi o primeiro colégio da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em Juiz de Fora, e o segundo em Minas Gerais. Só há um em Belo Horizonte que é anterior.

O que era a Campanha? Era uma instituição que nem se chamava Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Ela se chamava de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, porque os alunos nada pagariam e os professores e dirigentes nada ganhariam. É sonho, né. Mas, você de vez em quando precisa sonhar. O criador desse movimento, que é Felipe Tiago Gomes e, eu, por exemplo, lamento que em Juiz de Fora não haja uma escola com o nome de Felipe Tiago Gomes. Esse pernambucano, lá do interior da Paraíba, chamado pernambucano porque estudou direito no Recife, onde havia uma faculdade de Direito, mas nasceu no interior, no sertão seco da Paraíba. Picuí, você imagine uma cidade chamada Picuí, ele nasceu em Picuí. Ele imaginou, com alguns companheiros, criar um movimento, que começou pequenininho, e cresceu até ter mais de mil escolas por todo o Brasil. Depois, de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, passou a ser Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, porque se percebeu que não era possível manter uma rede de escolas sem uma contribuição, por menor que fosse, dos alunos, e pagar os professores, por menor que fosse o salário dos professores. Aquele ideal de gratuidade era um ideal impossível. Não foi naquela época, mas hoje isso seria impossível.

E eu dei aula gratuita, lá no Manoel Honório, né. Descia do bonde lá em Manoel Honório, subia aquela ruazinha que dava no grupo escolar - como é que chama aquele grupo escolar? É, você lembra, Gilberto? É, lá de, é Bernardinho, Francisco Bernardino. Começou funcionando lá, porque funcionava à noite, num prédio cedido pelo estado. Agora tem um prédio próprio, está atrás, né, o Monteiro Lobato. Então, me ocorreu uma ideia que eu ofereci ao Felipe. "Felipe Tiago Gomes, vamos fazer um convênio. A prefeitura doa terrenos nos bairros em que a Campanha se organizar para abrir uma escola. Ajuda a construir o prédio. Dá uma subvenção e, em compensação, vocês concederão cinco bolsas gratuitas, por turma, aos alunos mais necessitados". É uma

coisa bem pensada, você dá o terreno, ajuda a construção, com a comunidade, porque as comunidades participavam naquela época, as comunidades não eram isentas como hoje em dia. Todas elas tinham a sociedade de proteção do bairro, né, e se movimentaram para criar escola. A prefeitura, obter terreno não era um problema tão sério, porque ainda havia alguma disponibilidade. Ajudar a construir, né, tudo bem, e depois subvencionar e ficar com direito a indicar cinco alunos por turma. E o Itamar aprovou esta lei. Eu vou escolher, vou achar essa lei aqui. Aqui:

- Criar comissão julgadora para concessão do prêmio municipal de teatro. É muito interessante. Deixa eu achar aqui. A assinatura do Itamar.
- Criar o grupo de trabalho do terceiro Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora Adonis Karan, gente importante.
- Criar comissão encarregada de executar programação comemorativa do Dia da Pátria.

Criamos uma Comissão Municipal de Alfabetização, antes do MOBREAL. Tá aqui, aliás, a criação dela, chama-se CAMAL. Criamos uma coisa que não devia ter desaparecido. Como eu disse, a prefeitura tinha oficinas, né, então nós usamos essas oficinas da prefeitura para criar cursos profissionalizantes de curta duração. Chamava-se GRUTEC - Grupo Técnico de Criação GRUTEC de cursos de pequena duração, que formamos é, pedreiros, formamos carpinteiros, que hoje isso faz uma falta danada, né. Eu tenho que achar aqui a do...

- Segundo Festival de Música Popular. Do Festival de Música Popular eu tô encontrando com facilidade mas vou encontrar o da CNEC porque isso não pode ficar esquecido. E foram criadas, se não me engano, somando o Monteiro Lobato, dezesseis escolas da CNEC em Juiz de Fora, que dizer, dezesseis bairros dessa cidade passaram a ter ginásios e que os alunos não precisavam nem de bolsa de estudo, nem sair de lá, para chegar até a escola, porque as escolas ficavam no centro da cidade. As escolas ficavam nos bairros, né. Então, você imagine o que significou é, Santa Luzia é, Borboleta.

É, aqui, Campanha Municipal de Alfabetização e Educação de Adultos, 05 de setembro de 67. Muito antes que o governo federal pensasse. A Comissão Especial, professor Edson Flávio Bastos, Márcio Antônio de Oliveira, acadêmico Antônio Alves Monteiro e gente da Universidade.

- Cria o grupo de planejamento do Centro Cultural de Juiz de Fora. Isso nunca foi levado adiante. Mas afinal de contas também...

- Primeiro Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora, aí você tem a data, 68. O primeiro de cinco. As despesas decorrentes do planejamento, inclusive remuneração do grupo de trabalho, não poderão exceder o teto de dois mil novos, cruzeiros novos - a moeda daquela época era o cruzeiro novo viu. Aqui tem a comissão: Antônio Correia Costa.

I.G.S.: Aquilo que a gente conseguir captar as imagens do material que o Sr. separou é, igual Lucy me disse, né, a narrativa que o Sr. construiu, o Sr. respondeu todas as questões que nós tínhamos aqui. Pra gente poder fazer um fechamento, na visão do Sr., qual que é a importância de uma Secretaria de Educação para a cidade de Juiz de Fora?

M.A.H.: Penso eu que, considerando a história de Juiz de Fora, e eu só falei *en passant* sobre o passado de Juiz de Fora, você não pode deixar de esquecer que essa cidade tem um passado. É a cidade do Bernardo Mascarenhas. É a cidade do Francisco Batista de Oliveira. É a cidade de João Villaça, da Santa Casa, criador da Santa Casa. É a cidade de João Penido. É a cidade de Francisco Bernardino. Esses não são personagens quaisquer. Eram homens da indústria, Morais Sarmiento, né, Frederico Álvares de Assis, esses cidadãos fizeram muito pela cidade. Então, essa cidade, considerando o seu passado, ela tem que ser um modelo.

Veja, eu fui mais tarde Secretário Estadual de Educação, e, como Secretário Estadual de Educação, nós criamos em todo o estado Centros de Referência de Professor. Quer dizer, reunimos várias superintendências - são 30 e tantas superintendências que tem em Minas Gerais, porque Minas Gerais tem 800 e tantos municípios. É uma coisa absurda, né. E, nós não criamos Centro de Referência do Professor em Juiz de Fora, porque já existia. Então eu te dei a resposta. Se essa cidade tem um Centro de Referência do Professor, por que ela não pode oferecer cursos de atualização, de aperfeiçoamento, junto com a Universidade, junto com o Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade. Porque também não são todas as universidades que têm um colégio de aplicação. São poucas universidades que tem, mas os colégios de aplicação tem excelentes professores, né. Então, trabalhar em conjunto pra atualizar é melhor que criar. Vocês ganharam até, porque sugestão minha, aparelhagem de cinema, né. Cria um curso de cinema, faça um cineclube, exposições de filme gratuitamente. Filmes, não filme qualquer, você não vai passar lá "A cobra verde", né, ou "O monstro assassino", né, mas você vai passar filmes de arte, "Ladrões de bicicleta", "Milagre em Milão". Vai discutir com os professores o conteúdo desse filme, porque há filmes que são educativos e que merecem ser vistos.

Então, Juiz de Fora tem que ser uma cidade modelar nesse particular. A cidade tem, que eu saiba, o único Centro de Avaliação da Educação, que é o CAED. Também não sei porque que o CAED não trabalha com a prefeitura e com a cidade. O CAED vende serviço, né. Eu acho que além de vender serviço ele devia fazer serviço. A gente pensa de forma assim um tanto quanto idealista, né. Eu imagino que as pessoas possam trabalhar de graça, porque como eu trabalhei de graça, isso nunca me fez mal, só fez bem, eu só aprendi coisas, né. O que custou, né? Quando eu dava aula no Colégio Monteiro Lobato de graça, eu tinha que pagar o bonde pra chegar lá. Tinha bonde em Juiz de Fora. Tinha o, hoje como é que se chama, *tramway*? Não, tem um nome bacana é, esses bondes que tem lá no Rio de Janeiro agora, eles tem um nome todo chique. Mas antigamente era bonde, que a gente chamava. Pegava o bonde, comprava o giz com dinheiro do próprio bolso, porque não havia dinheiro nem pra comprar.

Eu não sei se vou achar uma coisa, você vai me permitir terminar. Embora talvez vocês estejam um pouco também apressados. Aqui o GRUTEC. Quem trabalhou muito no GRUTEC foi o Geraldo Magela Mendes, gostava disso.

I.G.S.: Juiz de Fora foi uma das cidades em que o GRUTEC mais deu certo, né?

M.A.H.: Como?

I.G.S.: Juiz de Fora foi uma cidade em que o GRUTEC mais deu certo, né? O ensino profissionalizante.

M.A.H.: Sim, porque hoje em dia é uma coisa necessária. O pessoal procura emprego, mas pra você ter emprego você precisa ter uma qualificação. Se não tem nenhuma qualificação, como é que vai... Enquanto eu procuro aqui dá uma lida na programação do último mês do governo Agostinho Pestana, com o qual eu saí da prefeitura. Lucy, onde foi que nós achamos aquele é, aquela lei que criou o convênio com...?

L.M.B.: Com a CNEC?

M.A.H.: É, num foi aqui, com a CNEC.

L.M.B.: O com a CNEC é da época do Itamar.

M.A.H.: Como?

L.M.B.: É da época do Itamar.

M.A.H.: É da época do Itamar, mas não tá na pasta. Olha, mas aqui você tem um artigo que eu mesmo escrevi sobre Felipe Tiago Gomes. Isso foi criado no tempo do Itamar e resultou em várias escolas que hoje existem como escolas estaduais. Porque a CNEC praticamente desapareceu, mas as escolas ficaram. E com os nomes que são é, e com os nomes que elas tiveram. Uma se chamava Oswaldo Velloso, outra se chamava...

I.G.S.: Áurea Bicalho também, né?

M.A.H.: Áurea Bicalho. Nós temos fotografia da Áurea Bicalho aqui.

L.M.B.: Na época da construção.

M.A.H.: Da época da construção.

I.G.S.: O legado permaneceu, né?

M.A.H.: É, o legado permaneceu, as escolas estão aí.

In Memoriam do Professor Murílio de Avellar Hingel (1933-2023)